

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Trombudo Central

Data de Fundação – 22/07/1957

População: 6.612 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 132,32 (em milhões)

(IBGE - 2009)





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	16
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro.....	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	17
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	20
5.1. Saúde.....	20
5.2. Ensino	22
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	22
5.2.2. FUNDEB.....	23
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	29
6. DO CONTROLE INTERNO.....	31
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA.....	32
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	34
9. RESTRIÇÕES APURADAS	38
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011	39
CONCLUSÃO	39
ANEXO	41
APÊNDICE.....	42

PROCESSO	PCP 12/00159940
UNIDADE	Município de Trombudo Central
RESPONSÁVEL	Sr. Silvio Venturi - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO N°	2594/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Trombudo Central, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Trombudo Central, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 01/10/2012.



Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Um alemão e um italiano foram os primeiros a chegar em Trombudo Central: Emílio Graubner e Ernesto Prada lideraram o grupo que se instalou na região em 1904. As terras faziam parte da gleba que Otto Blumenau recebeu do Governo Imperial em 1850. Para que as terras se desenvolvessem, as companhias de imigração trouxeram imigrantes europeus experientes em agricultura. O início foi árduo: as famílias abriam picadas nas matas, a facção, até chegarem em seus lotes. A origem do nome Trombudo deve-se ao encontro dos rios do lugar, que forma a figura de uma tromba. Em 1933, Trombudo Central tornou-se distrito de Rio do Sul, que dois anos antes havia se emancipado de Blumenau.

O Município de Trombudo Central tem uma população estimada em 6.612² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,82³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 132.319.419,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 20.294,39, considerando uma população estimada em 2009 de 6.520 habitantes.

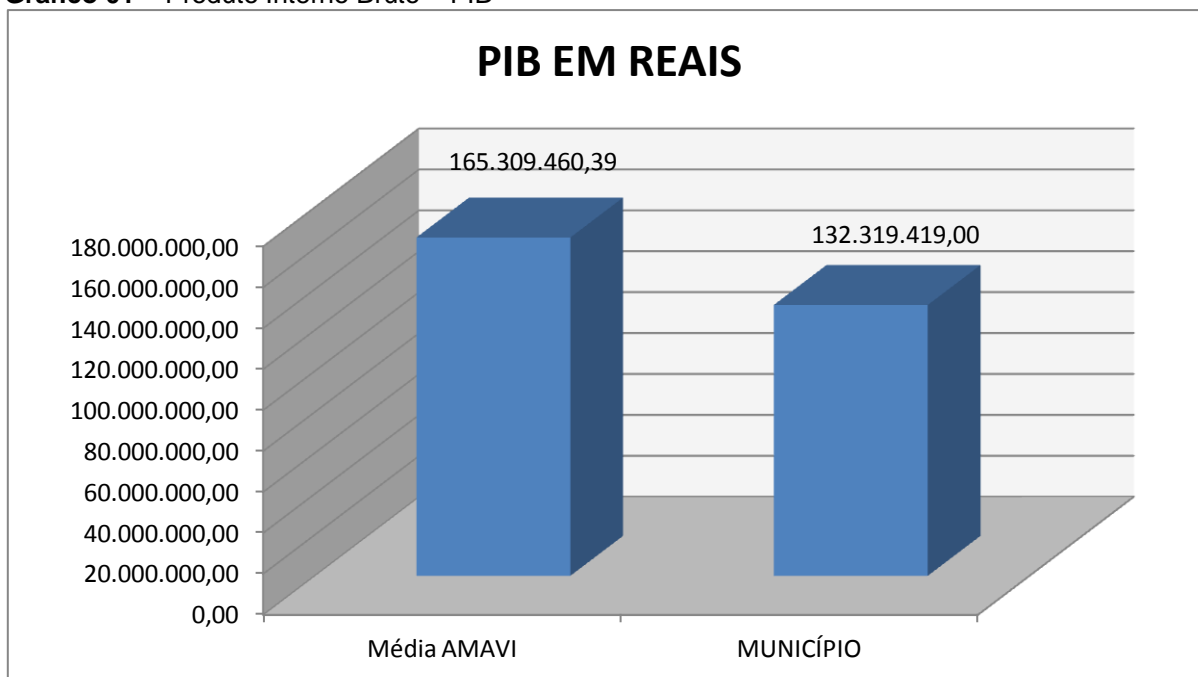
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

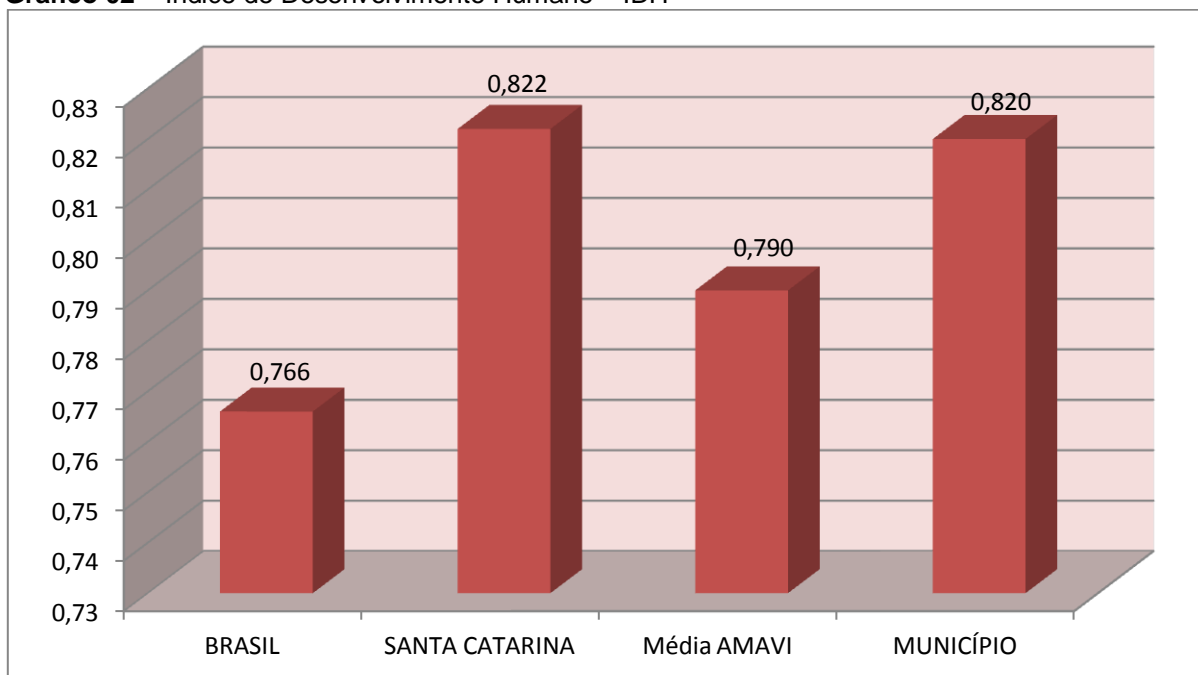
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Trombudo Central encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	13.787.300,00
PPA	1609/2009	29/07/2009		
LDO	1656/2010	06/10/2010	DESPESA FIXADA	13.787.300,00
LOA	1659/2010	06/10/2010		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 537.188,51**, correspondendo a **3,43%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 537.188,51, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 483.820,84 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 53.367,67.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	13.787.300,00	15.670.440,52	113,66
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	17.449.375,79	15.133.252,01	86,73
Superávit de Execução Orçamentária		537.188,51	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 30.471,90, entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária, refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

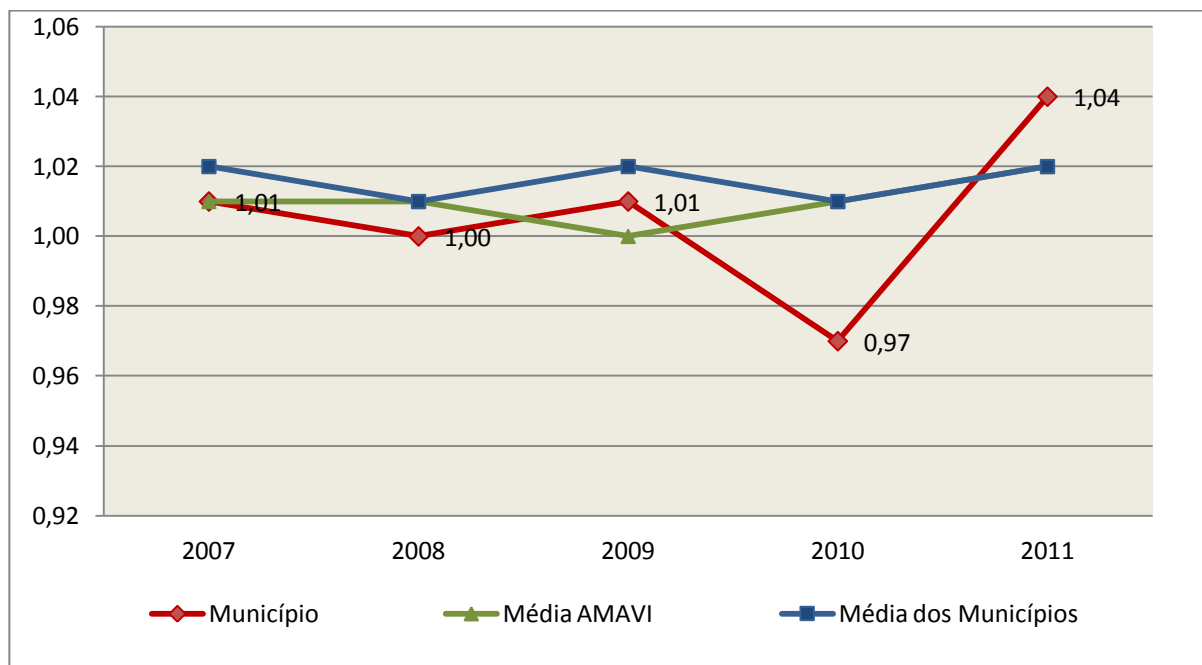
A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Trombudo Central nos últimos 5 anos:

Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2007-2011

ITENS / ANO		2007	2008	2009	2010	2011
1	Receita realizada	8.466.744,69	10.186.255,01	10.788.488,63	12.925.993,66	15.670.440,52
2	Despesa executada	8.397.522,46	10.185.233,55	10.684.348,40	13.381.821,08	15.133.252,01
QUOCIENTE		2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,01	1,00	1,01	0,97	1,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 15.670.440,52**, equivalendo a **113,66%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

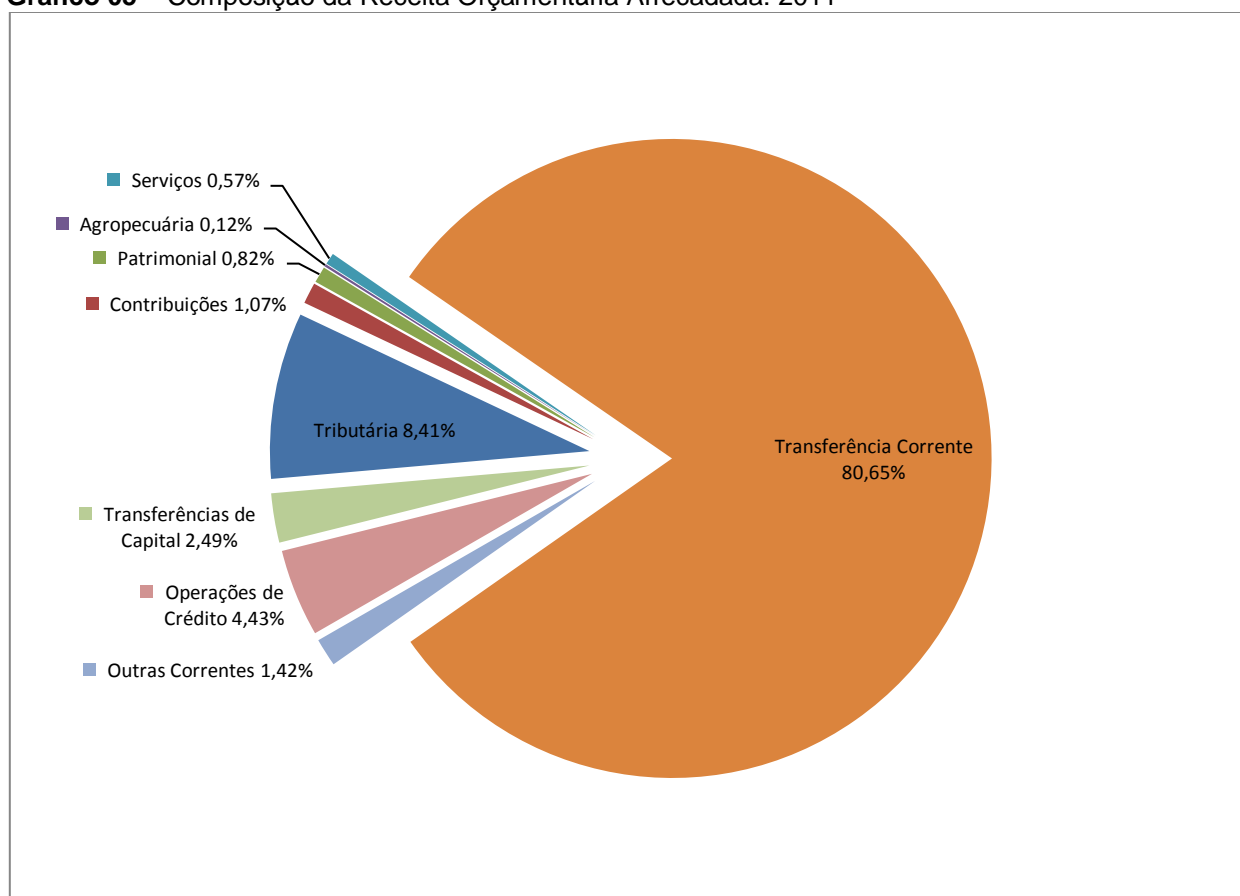
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	1.046.900,00	1.318.398,11	125,93
Receita de Contribuições	190.000,00	167.868,29	88,35
Receita Patrimonial	42.000,00	128.668,30	306,35

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Agropecuária	16.000,00	19.301,80	120,64
Receita de Serviços	80.000,00	89.993,88	112,49
Transferências Correntes	10.066.300,00	12.638.745,98	125,56
Outras Receitas Correntes	714.500,00	222.426,65	31,13
RECEITA CORRENTE	12.155.700,00	14.585.403,01	119,99
Operações de Crédito	-	694.350,00	-
Alienação de Bens	30.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos	3.600,00	-	-
Transferências de Capital	1.598.000,00	390.687,51	24,45
RECEITA DE CAPITAL	1.631.600,00	1.085.037,51	66,50
TOTAL DA RECEITA	13.787.300,00	15.670.440,52	113,66

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

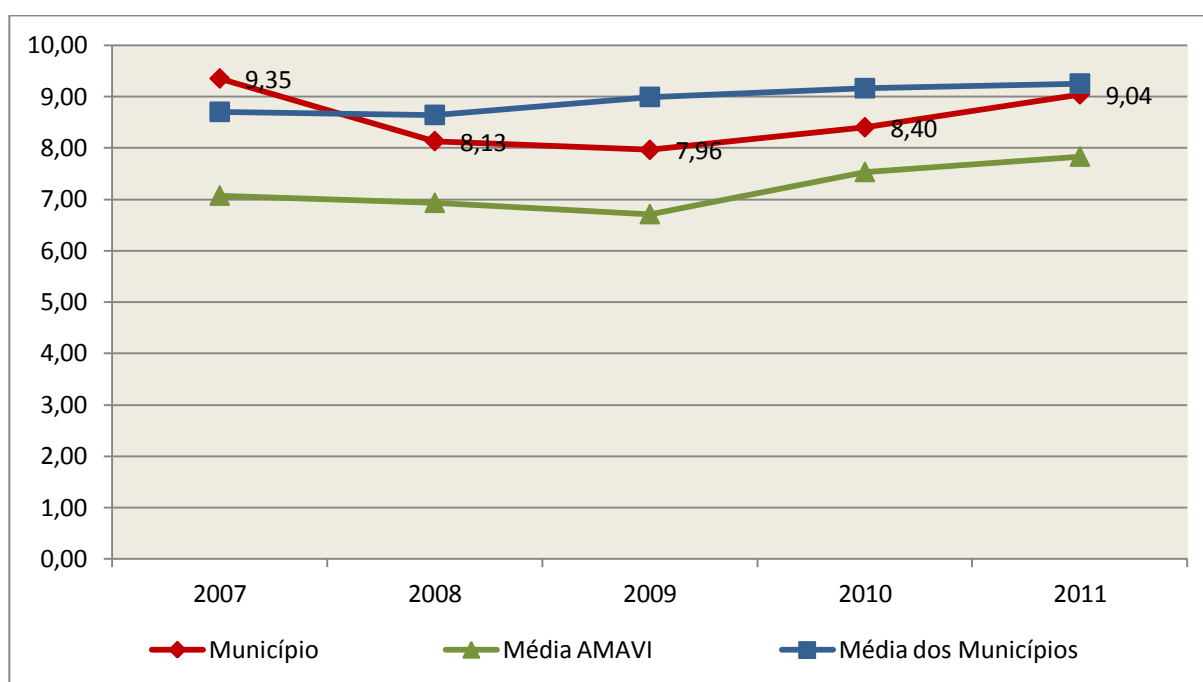


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **80,65%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

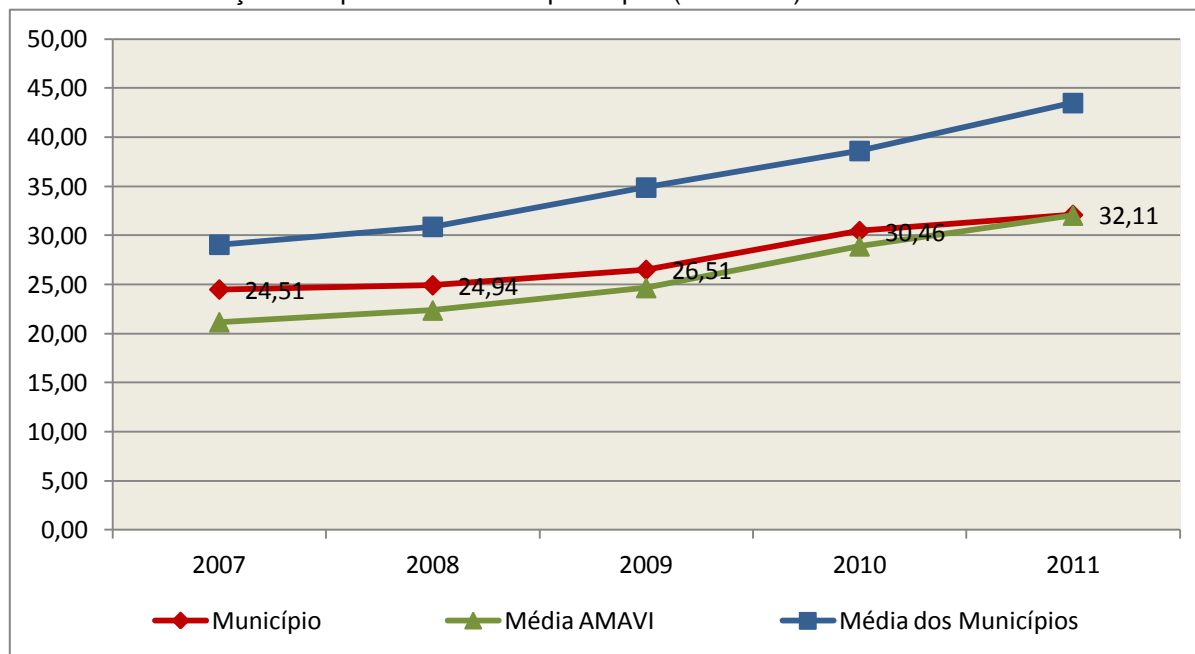


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

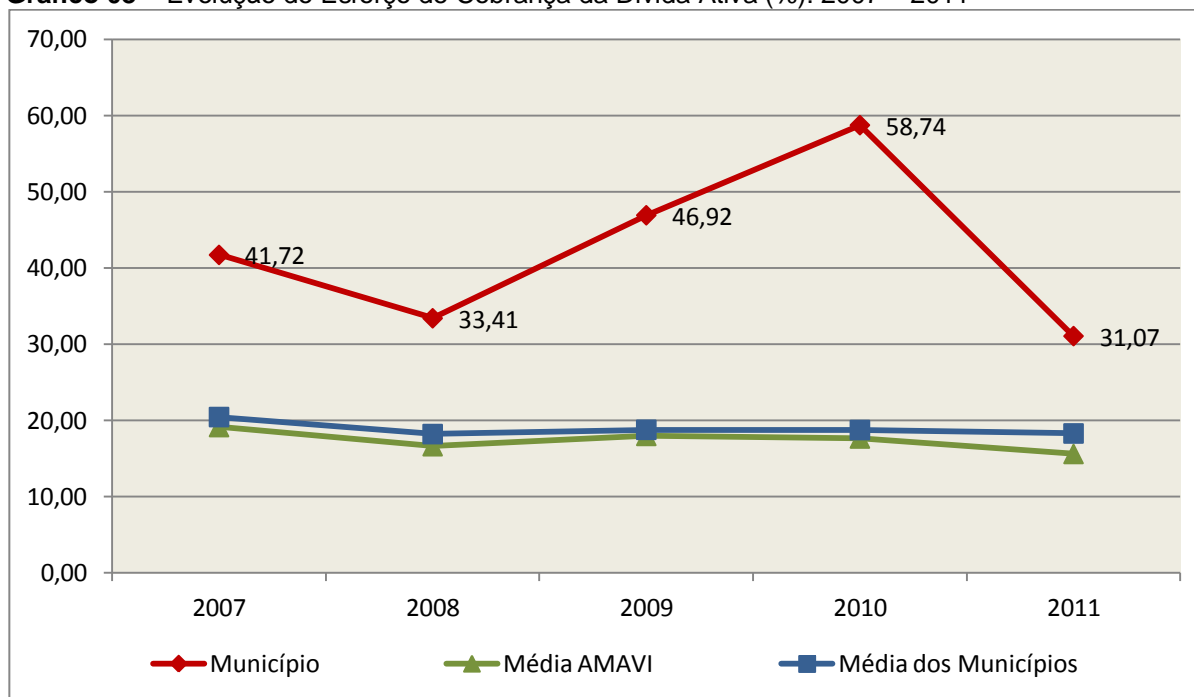
A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
178.682,31	0,00	367.257,60	0,00	55.515,97	0,00	490.423,94

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	400.040,00	384.918,16	96,22
04-Administração	3.060.000,00	3.048.829,56	99,63
06-Segurança Pública	142.000,00	128.229,88	90,30
08-Assistência Social	383.936,14	309.444,64	80,60
10-Saúde	2.945.490,00	2.544.998,57	86,40
12-Educação	5.051.064,65	4.735.706,04	93,76
13-Cultura	217.000,00	217.000,00	100,00
14-Direitos da Cidadania	129.200,00	58.478,84	45,26
15-Urbanismo	1.099.767,00	621.571,87	56,52
16-Habitação	168.100,00	84.779,37	50,43
17-Saneamento	255.000,00	140.932,00	55,27
18-Gestão Ambiental	5.000,00	423,00	8,46
20-Agricultura	1.061.400,00	881.787,69	83,08

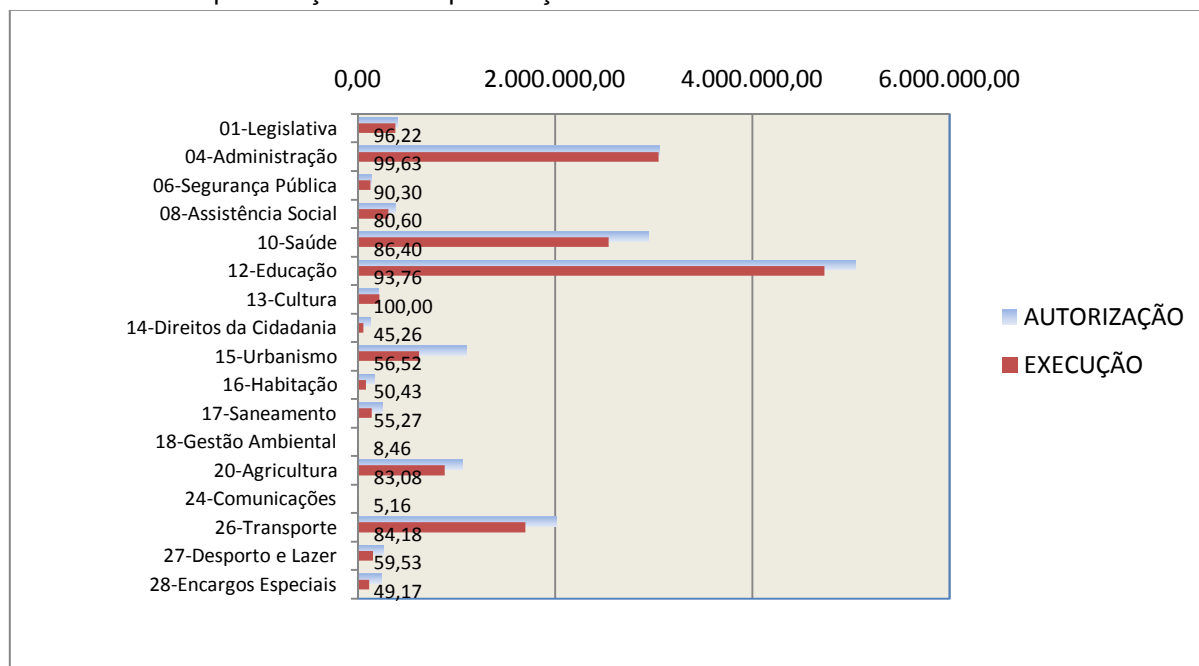
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
24-Comunicações	8.000,00	412,50	5,16
26-Transporte	2.022.378,00	1.702.343,99	84,18
27-Desporto e Lazer	261.000,00	155.382,52	59,53
28-Encargos Especiais	240.000,00	118.013,38	49,17
TOTAL DA DESPESA	17.449.375,79	15.133.252,01	86,73

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	262.541,32	331.650,63	373.637,47	368.044,11	384.918,16
04-Administração	1.861.865,56	2.172.349,99	2.365.789,35	2.540.427,37	3.048.829,56
06-Segurança Pública	15.891,59	16.426,19	10.739,62	12.902,97	128.229,88
08-Assistência Social	126.809,22	176.088,09	123.969,59	215.199,38	309.444,64
10-Saúde	1.498.420,26	1.848.280,23	2.225.388,47	2.303.683,67	2.544.998,57
12-Educação	2.262.602,80	2.633.191,61	3.143.704,01	3.820.302,77	4.735.706,04
13-Cultura	-	-	-	127.438,79	217.000,00
14-Direitos da Cidadania	52.062,65	81.169,64	52.899,43	45.541,80	58.478,84
15-Urbanismo	1.668.202,26	2.109.930,34	1.613.166,02	1.098.221,55	621.571,87
16-Habitação	3.824,05	5.582,49	7.978,23	13.406,15	84.779,37
17-Saneamento	-	-	-	145.292,15	140.932,00
18-Gestão Ambiental	-	-	-	-	423,00
20-Agricultura	494.795,99	532.751,36	466.233,88	876.204,30	881.787,69
24-Comunicações	375,00	375,00	22.935,50	843,81	412,50
26-Transporte	-	-	-	1.515.420,84	1.702.343,99
27-Desporto e Lazer	123.770,47	242.290,37	248.768,62	265.363,36	155.382,52
28-Encargos Especiais	26.361,29	35.147,61	29.138,21	33.528,06	118.013,38
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	8.397.522,46	10.185.233,55	10.684.348,40	13.381.821,08	15.133.252,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	212.333,56	1,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	599.558,89	4,96
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	138.309,54	1,14
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	94.025,06	0,78
Cota do ICMS	5.415.953,55	44,79
Cota-Parte do IPVA	432.346,76	3,58
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	109.019,55	0,90

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do FPM	4.992.897,41	41,29
Cota do ITR	3.214,41	0,03
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	27.379,33	0,23
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	47.172,38	0,39
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	19.592,39	0,16
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	12.091.802,83	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%) – art. 159, I, alínea “d” da C.F.	212.128,83	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	11.879.674,00	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	16.739.010,32
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.153.607,31
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.585.403,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Trombudo Central (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	1.513.669,28	2.005.092,69	Financeiro	1.573.742,41	1.497.505,41
Disponível	1.513.669,28	2.005.092,69	Depósitos	89.466,88	117.237,67
Bancos Conta Movimento	498.031,04	918.127,41	Depósitos de Diversas Origens	89.466,88	117.237,67
Bancos Conta Vinculada	714.197,50	989.475,92	Restos a Pagar	1.484.275,53	1.380.267,74
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	201.329,83	97.489,36	Obrigações a Pagar	1.484.275,53	1.380.267,74
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	100.110,91	-			
Permanente	10.288.344,02	11.940.585,76	Permanente	854.767,92	958.869,78
Dívida Ativa	178.682,31	490.423,94	Dívida Fundada	854.767,92	958.869,78
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	178.682,31	490.423,94			
Realizável a Longo Prazo	704.355,51	704.355,51			
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	704.355,51	704.355,51			
Imobilizado	9.405.306,20	10.745.806,31			
Bens Móveis e Imóveis	9.405.306,20	10.745.806,31			
Bens Imóveis	7.175.390,27	7.748.305,68			
Bens Móveis	2.229.915,93	2.997.500,63			
ATIVO REAL	11.802.013,30	13.945.678,45	PASSIVO REAL	2.428.510,33	2.456.375,19
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	9.373.502,97	11.489.303,26
			Ativo Real Líquido	9.373.502,97	11.489.303,26
TOTAL	11.802.013,30	13.945.678,45	TOTAL	11.802.013,30	13.945.678,45

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 507.587,28** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,75** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 567.660,41** passando de um Déficit de **R\$ -60.073,13** para um Superávit de **R\$ 507.587,28**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 272.280,42**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.513.669,28	2.005.092,69	491.423,41
Passivo Financeiro	1.573.742,41	1.497.505,41	-76.237,00
Saldo Patrimonial Financeiro	-60.073,13	507.587,28	567.660,41

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

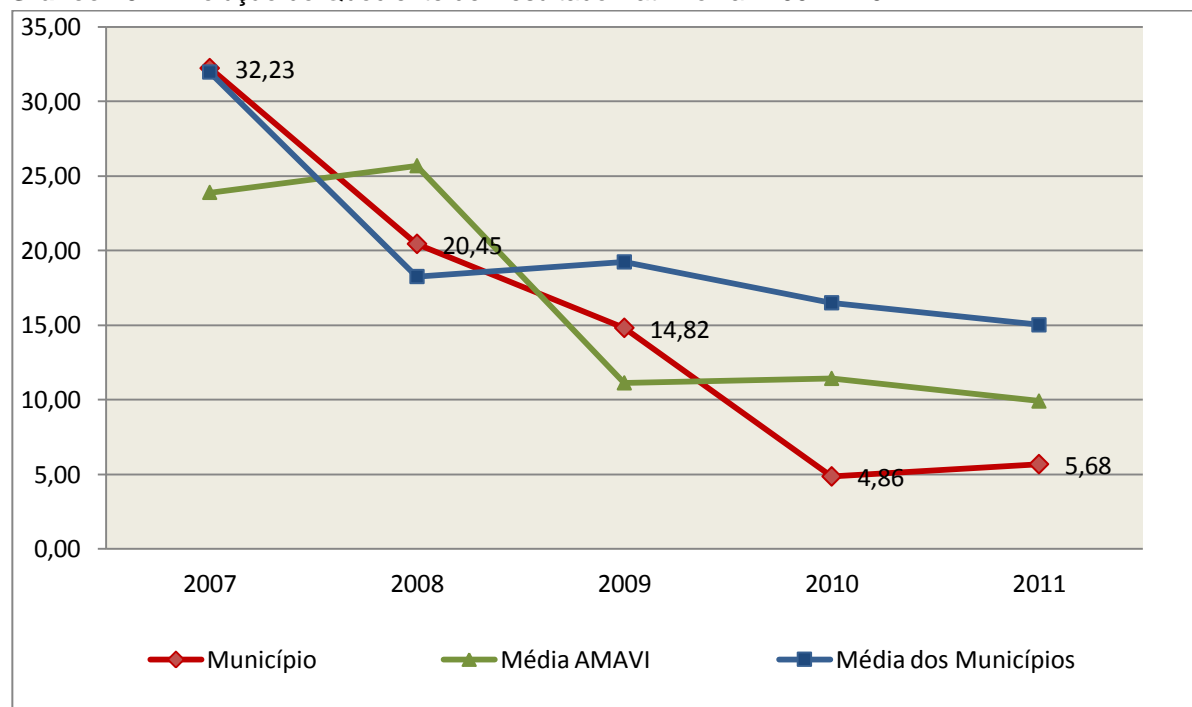
Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	8.397.522,46	10.185.233,55	10.684.348,40	13.381.821,08	15.133.252,01
2 Restos a Pagar	203.227,43	194.971,86	366.498,05	1.484.275,53	1.380.267,74
3 Ativo Financeiro Ajustado	533.682,68	525.962,67	838.567,80	1.513.669,28	2.005.092,69
4 Passivo Financeiro Ajustado	273.099,22	244.744,75	452.225,86	1.573.742,41	1.497.505,41
5 Ativo Real	8.985.742,52	9.292.033,83	9.807.221,73	11.802.013,30	13.945.678,45
6 Passivo Real	278.820,82	454.465,07	661.946,18	2.428.510,33	2.456.375,19
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	32,23	20,45	14,82	4,86	5,68
Situação Financeira (3÷4)	1,95	2,15	1,85	0,96	1,34
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,42	1,91	3,43	11,09	9,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011

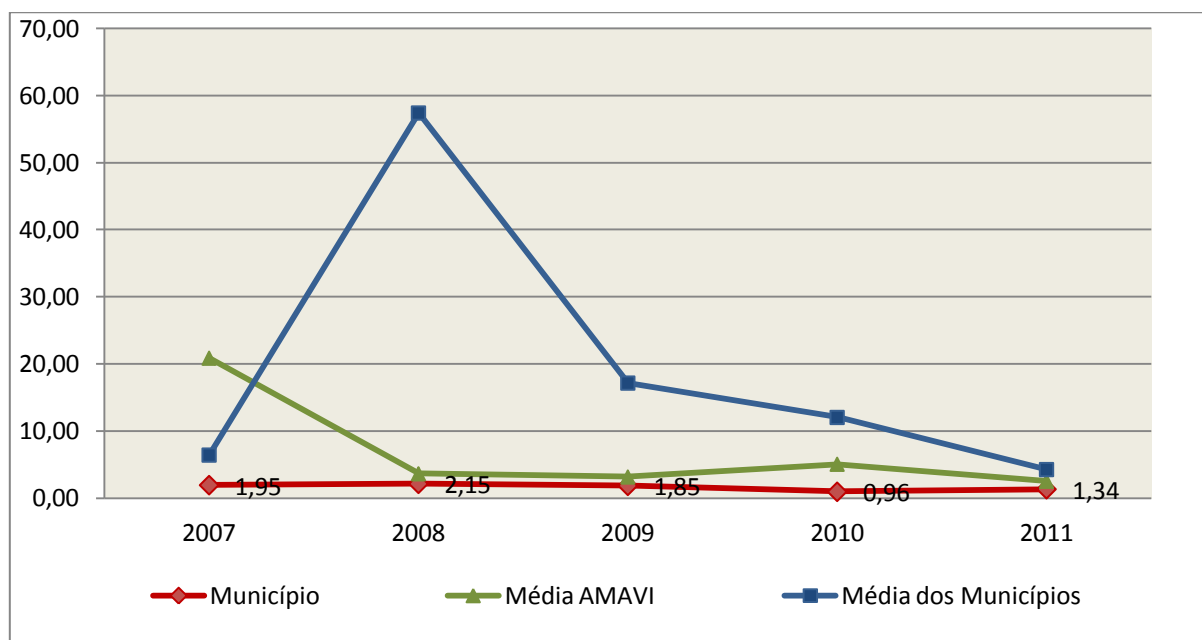
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se **5,68** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011



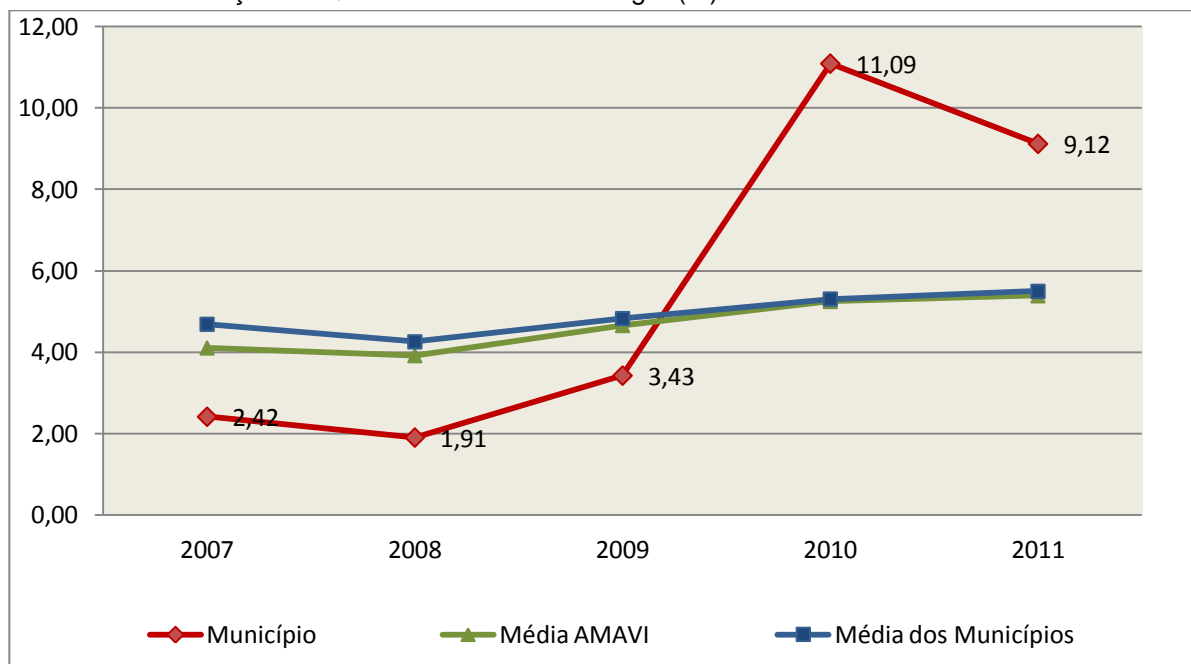
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2011 o Ativo Financeiro representa **1,34** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Trombudo Central é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **9,12%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.841.141,07** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **15,50%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 59.189,97**, representando **0,50%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

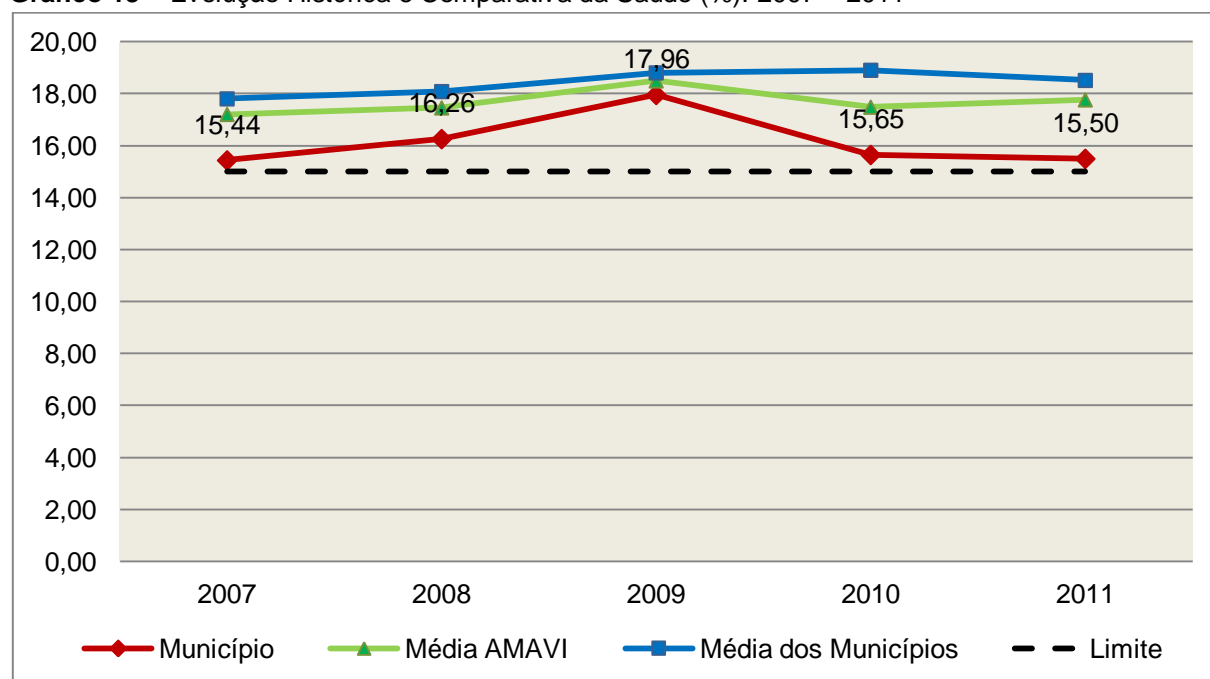
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.879.674,00	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.544.998,57	21,42
Atenção Básica (10.301)	2.544.998,57	21,42
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	703.857,50	5,92
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.841.141,07	15,50
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.781.951,10	15,00
Valor Acima do Limite	59.189,97	0,50

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Trombudo Central em 2011 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.511.603,57** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,04%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 488.652,86**, representando **4,04%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

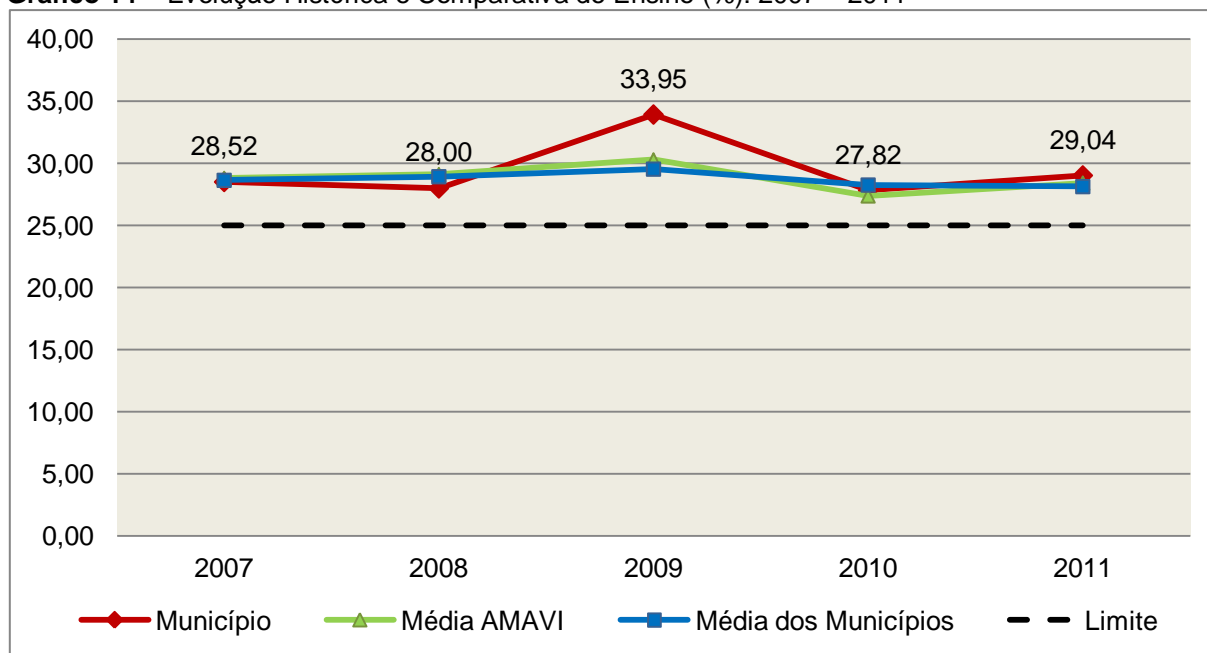
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	12.091.802,83	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	1.801.725,06	14,90
Educação Infantil (12.365)	1.801.725,06	14,90
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.933.980,98	24,26
Ensino Fundamental (12.361)	2.933.980,98	24,26
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.328.619,68	10,99
(+) Perda com FUNDEB	114.767,20	0,95
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	10.249,99	0,08
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.511.603,57	29,04
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.022.950,71	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	488.652,86	4,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Trombudo Central em 2011 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.917.429,73**, equivalendo a **93,57%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

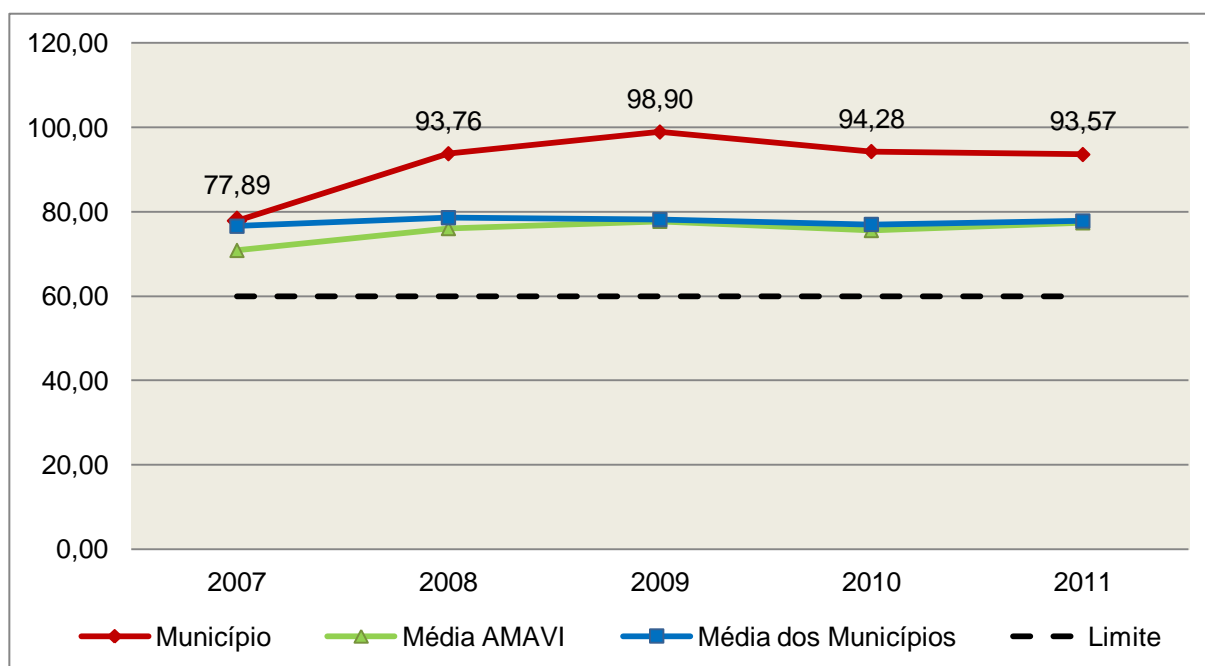
A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.038.840,11
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	10.249,99
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	2.049.090,10
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.229.454,06
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.917.429,73
Valor Acima do Limite	687.975,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.003.534,76**, equivalendo a **97,78%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

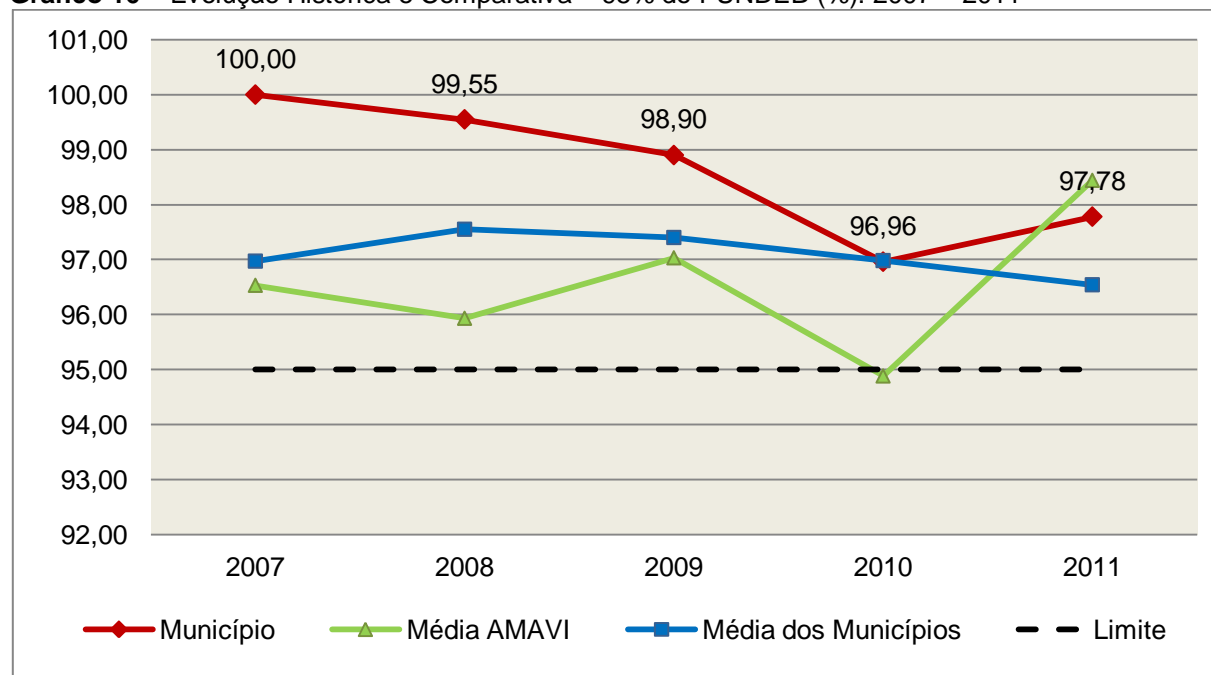
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.049.090,10
95% dos Recursos do FUNDEB	1.946.635,60
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	2.003.534,76
Valor Acima do Limite	56.899,16

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.



Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Trombudo Central ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não realizou despesas com o saldo do exercício anterior do FUNDEB no valor de **R\$ 52.068,32, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	55.681,55
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	10.126,21
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	45.555,34

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.585.403,01	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.751.241,81	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.926.933,30	47,49
Pessoal e Encargos	6.926.933,30	47,49
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	294.100,41	2,02
Pessoal e Encargos	294.100,41	2,02
Total das deduções das despesas com pessoal*	8.846,70	0,06
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	7.212.187,01	49,45
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.539.054,80	10,55

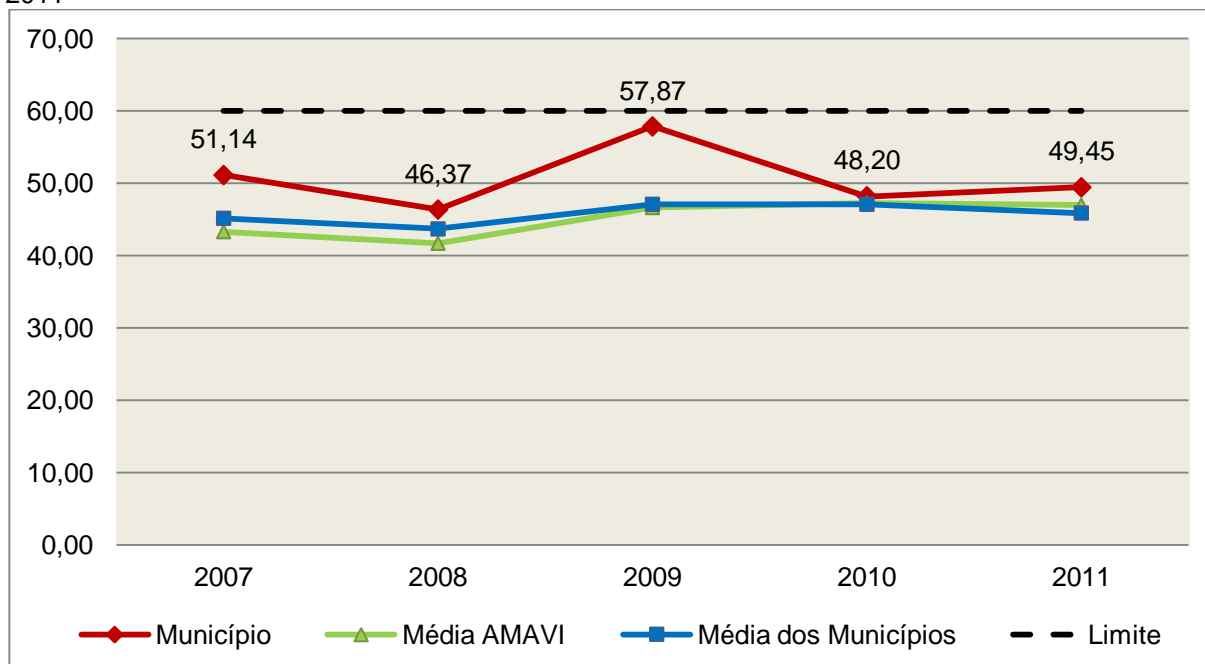
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

Obs: Empenhos contabilizados indevidamente como Indenizações e Restituições Trabalhistas (3.1.90.94), no montante de R\$ 321.419,48, não considerados como deduções da despesa de pessoal (fls. 521 a 525 dos autos).

No exercício em exame, o Município gastou **49,45%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Trombudo Central, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.585.403,01	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.876.117,63	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.926.933,30	47,49
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	8.846,70	0,06
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.918.086,60	47,43
Valor Abaixo do Limite (54%)	958.031,03	6,57

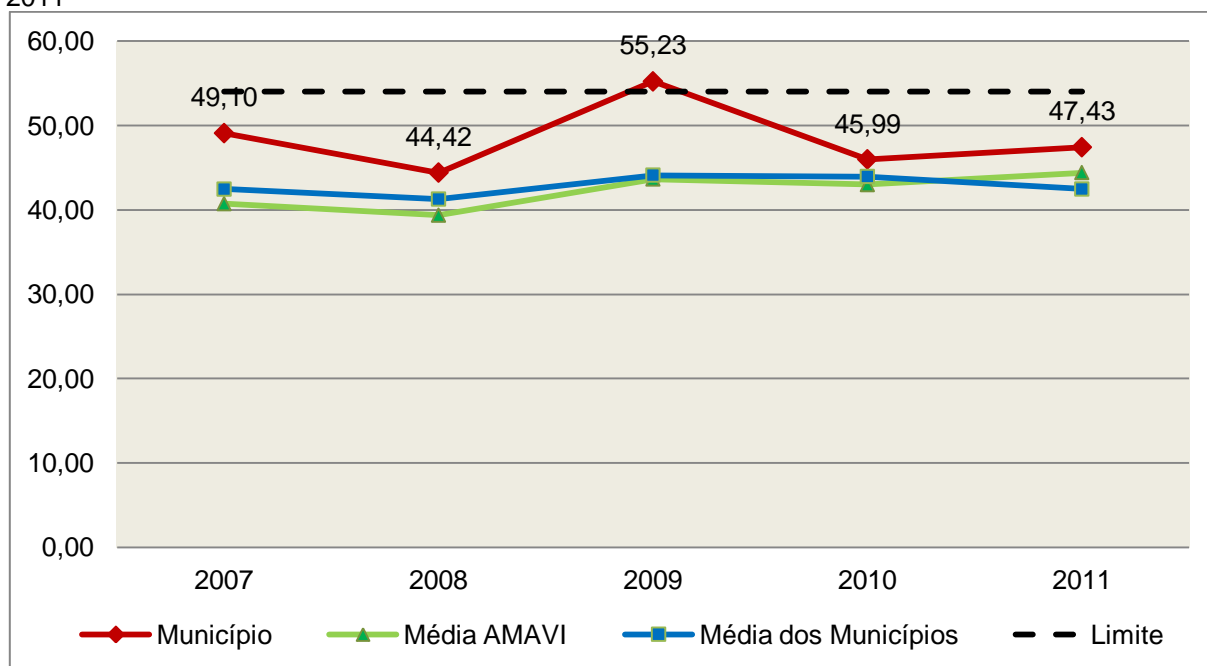
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **47,43%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

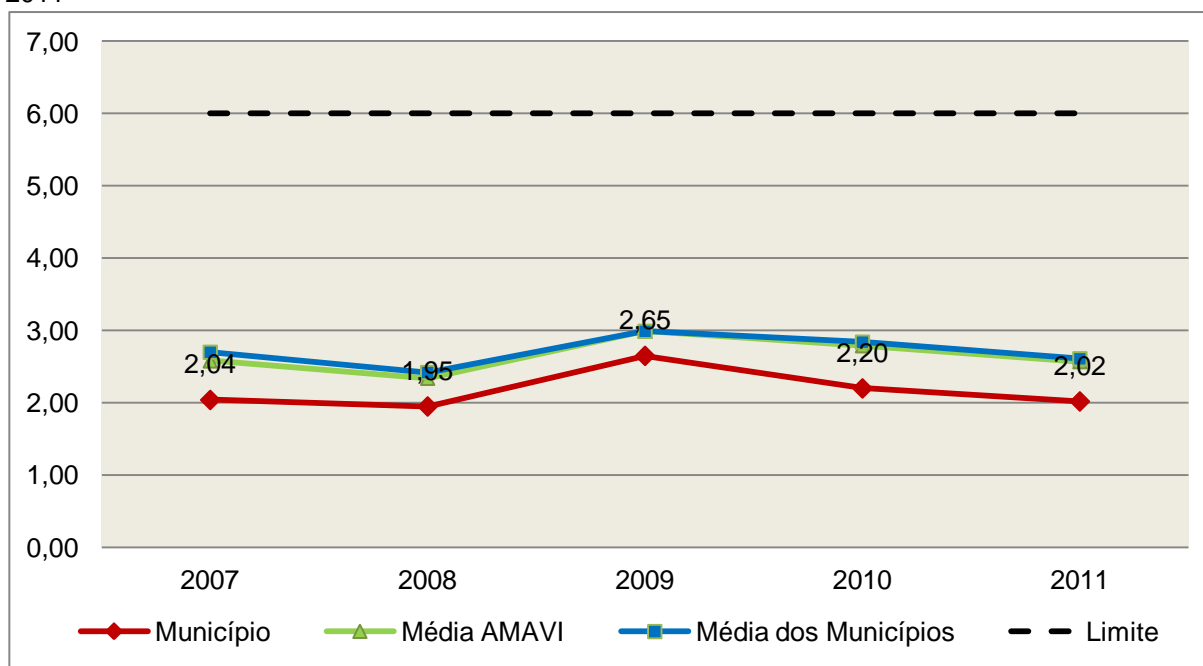
Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.585.403,01	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	875.124,18	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	294.100,41	2,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	294.100,41	2,02
Valor Abaixo do Limite (6%)	581.023,77	3,98

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,02%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Trombudo Central, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	1338/2002, de 13/12/2002					
RESPONSÁVEL	Celso Marcelino		ATO DE NOMEAÇÃO	256/2002, de 01/08/2002		
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	30/03/2011	08/06/2011	28/07/2011	27/09/2011	28/11/2011	24/01/2012
	Diferença em Dias					
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	
0	8	0	0	0	0	

Obs.: O atraso no envio do Relatório do Controle Interno consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno apresentam informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro do ente, o cumprimento dos limites legais e constitucionais como saúde, educação e pessoal.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.**

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Trombudo Central, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 58.478,84) representa 0,46% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 12.588.253,44).

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 463 a 481 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 464 e 465;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005 (fl. 466);

3) Houve a remessa de documentação referente à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), contemplando a distribuição de recursos para as ações voltadas à Criança e ao Adolescente, todavia, não houve a remessa do Plano de Aplicação que antecede a LOA e deve ser elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando caracterizada a ausência do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) O pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar (R\$ 45.742,13 - fls. 507 a 509), representa 78,22% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, onde deste 71,38% se refere a remuneração total dos Conselheiros Tutelares (R\$ 32.650,00 - fl. 510), sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi

regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos

praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Trombudo Central**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Trombudo Central** não possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

⁵ População de 6.458 habitantes (IBGE – 2008).

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de realização de despesas, no primeiro trimestre de 2011, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 52.068,32**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

9.1.2 Atraso na remessa do Relatório de Controle Interno referente ao 2º bimestre, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (Quadro 20).

9.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

9.2.1 Ausência de remessa do Relatório Circunstanciado, em descumprimento ao art. 20, I, da Res. TC 16/94

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 537.188,51
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 507.587,28
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	15,50%
4.2) Ensino	25,00%	29,04%
4.3) FUNDEB	60,00%	93,57%
	95,00%	97,78%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	49,45%
b) Poder Executivo	54,00%	47,43%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,02%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Trombudo Central**.



Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos **itens 9.1 e 9.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências em relação ao apontado no Capítulo 8 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010 em face da obrigatoriedade de atendimento destes dispositivos legais a partir de maio de 2013;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 01/10/2012.

ANTONIO CESAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 01/10/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	695.937,36
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.355,14
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	2.565,00
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	703.857,50

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	59.400,61
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	161.354,70
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.005.121,70
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	100.250,40
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	2.492,27
Total das deduções das despesas com Educação Básica	1.328.619,68

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94)	8.846,70
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	8.846,70
Total das deduções das despesas com pessoal	8.846,70

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	2.038.840,11
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	10.249,99
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	55.681,55
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	10.126,21
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011	2.003.534,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2011	301	69.590,00	0,00	0,00
64 - Atenção Básica	2011	301	115.444,78	114.210,29	107.985,29
66 - Vigilância em Saúde	2011	301	16.934,63	16.934,63	16.934,63
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	301	50.510,31	49.968,31	49.968,31
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2011	301	443.457,64	443.457,64	438.114,26
TOTAL			695.937,36	624.570,87	613.002,49

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	301	19	10/01/2011	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	369,03	369,03	369,03	MULTA DETER DESTINADA A REGULARIZAÇÃO DE LICENÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE.
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	224	29/03/2011	GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA	568,18	568,18	568,18	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E COLETA DE 44 KG DE LIXO RECOLIDOS NO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 122/2011)
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	261	12/04/2011	LISANE BRAZ MARÇAL	180,00	180,00	180,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCEDIMENTOS VETERINARIOS PARA ANALISES PARA SECRETARIA DA SAÚDE. (Compra Direta Nº 135/2011)
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	304	28/04/2011	ADALBERTO JORGE FRANCA SILVEIRA	3.000,00	3.000,00	3.000,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. (Compra Direta Nº 156/2011)
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	358	23/05/2011	LISANE BRAZ MARÇAL	90,00	90,00	90,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCEDIMENTOS VETERINARIOS PARA ANALISES PARA SECRETARIA DA SAÚDE. (Compra Direta Nº 186/2011)
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	448	20/06/2011	LISANE BRAZ MARÇAL	180,00	180,00	180,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS VETERINÁRIOS. (Compra Direta Nº 232/2011)
Fundo Municipal de	02 - Receitas de	301	723	27/09/2011	ISOLDE CAMPREGHER	625,00	625,00	625,00	CUSTEAR DESPESAS ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM A

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Trombudo Central	Impostos e Transf de impostos: Saúde								SERVIDORA, SEMINARIO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NA SAUDE DE 03 E 04/10 NA CIDADE DE SÃO PAULO, CF. PORTARIA 353/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	867	17/11/2011	SUPERMERCADO PORTO LTDA	36,43	36,43	36,43	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA REUNIÃO DE ENCONTRO DE GESTANTES. (Compra Direta Nº 432/2011)
Fundo Municipal de Saúde de Trombudo Central	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	868	17/11/2011	SUPERMERCADO PORTO LTDA	306,50	306,50	306,50	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA ENCONTRO DE GESTANTES. (Compra Direta Nº 433/2011)
TOTAL						5.355,14	5.355,14	5.355,14	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
58 - Salário Educação	2011	365	19.627,01	19.627,01	19.627,01
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2011	365	144,00	144,00	144,00
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	365	13.629,60	13.629,60	13.629,60
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	365	26.000,00	26.000,00	26.000,00
TOTAIS			59.400,61	59.400,61	59.400,61

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	1548	12/04/2011	SUPERMERCADO 4 J. LTDA - ME	4.070,24	4.070,24	4.070,24	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	2275	26/05/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	3.779,66	3.779,66	3.779,66	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	2276	26/05/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	5.553,32	5.553,32	5.553,32	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Trombudo Central									MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	3085	18/07/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	5.014,87	5.014,87	5.014,87	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	3531	12/08/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	5.618,29	5.618,29	5.618,29	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	5875	20/12/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	3.983,18	3.983,18	3.983,18	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	312	31/01/2011	PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA - ME	611,50	611,50	611,50	AQUISIÇÃO DE PAEZINHOS PARA MERENDA PARA UNIDADES ESCOLARES INFANTIL. (MERENDA) (Compra Direta Nº 140/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	628	15/02/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	3.546,41	3.546,41	3.546,41	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1006	11/03/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	7.097,62	7.097,62	7.097,62	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2540	13/06/2011	SUPERMERCADO PORTO LTDA	931,10	931,10	931,10	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS, DEVIDO A NENHUM AGRICULTOR CADASTRADO NA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILHAR. (Compra Direta Nº 1226/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4484	10/10/2011	ADINA MEWES - ME	584,00	584,00	584,00	AQUISIÇÃO DE PÁEZINHOS PARA MERENDA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 2177/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4890	25/10/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	6.000,03	6.000,03	6.000,03	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura	01 - Receitas de	365	5587	07/12/2011	SUPERMERCADO	9.009,33	9.009,33	9.009,33	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Municipal de Trombudo Central	Impostos e Transf de Impostos: Educação				TROMBUDO LTDA				MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	1547	12/04/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	4.050,56	4.050,56	4.050,56	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	2001	12/05/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	4.780,39	4.780,39	4.780,39	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	2002	12/05/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	3.356,24	3.356,24	3.356,24	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	3084	18/07/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	4.297,85	4.297,85	4.297,85	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	3532	12/08/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	6.376,24	6.376,24	6.376,24	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	4163	20/09/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	5.985,03	5.985,03	5.985,03	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	365	5882	21/12/2011	PANIFICADORA BATISTA LTDA	984,00	984,00	984,00	AQUISIÇÃO DE PÃEZINHOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS ERICA HASSE E EGINOLF BELL. (Compra Direta Nº 3521/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	629	15/02/2011	SUPERMERCADO 4 J. LTDA - ME	6.182,02	6.182,02	6.182,02	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1007	11/03/2011	SUPERMERCADO 4 J. LTDA - ME	14.124,26	14.124,26	14.124,26	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4889	25/10/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	5.787,40	5.787,40	5.787,40	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Trombudo Central	Impostos: Educação								MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4891	25/10/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	4.668,49	4.668,49	4.668,49	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4892	25/10/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	5.920,36	5.920,36	5.920,36	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5055	07/11/2011	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITA	26.326,00	26.326,00	26.326,00	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA) ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. (Licitação Nº : 6/2011-DL)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5060	08/11/2011	ADINA MEWES - ME	348,60	348,60	348,60	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PAEZINHOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS. (Compra Direta Nº 2404/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5588	07/12/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	8.667,51	8.667,51	8.667,51	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5654	13/12/2011	ADINA MEWES - ME	699,00	699,00	699,00	AQUISIÇÃO DE PÁEZINHOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 3418/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5874	20/12/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	3.001,20	3.001,20	3.001,20	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 22/2011-PR)
TOTAL						161.354,70	161.354,70	161.354,70	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2011	361	619.490,93	86.352,64	86.352,64
58 - Salário Educação	2011	361	198.850,20	141.551,21	141.281,31
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	361	43.529,81	43.529,81	43.529,81
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	361	143.250,76	143.250,76	143.250,76
TOTAL			1.005.121,70	414.684,42	414.414,52

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1826	29/04/2011	Lorete Feldmann & Cia Ltda	624,00	624,00	624,00	AQUISIÇÃO DE PÃES FRANCES PARA MERENDA DAS UNIDADES ESCOLARES (Compra Direta Nº 888/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2987	11/07/2011	Lorete Feldmann & Cia Ltda	360,00	360,00	360,00	AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCES PRA MANUTENÇÃO DO CEB ERICA HASSE. (Compra Direta Nº 1336/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	4212	23/09/2011	PANIFICADORA BATISTA LTDA	450,00	450,00	450,00	AQUISIÇÃO DE PÃEZINHOS PARA MERENDA ESCOLAR DA CEB ERICA HASSE. (Compra Direta Nº 2076/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	4211	23/09/2011	PANIFICADORA BATISTA LTDA	450,00	450,00	450,00	AQUISIÇÃO DE PÃEZINHOS PARA MERENDA DOS ALUNOS DA CEB EGINOLF BELL. (Compra Direta Nº 2077/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	566	15/02/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	3.153,72	3.153,72	3.153,72	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	567	15/02/2011	SUPERMERCADO 4 J. LTDA - ME	5.405,49	5.405,49	5.405,49	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	995	10/03/2011	ADINA MEWES - ME	105,00	105,00	105,00	FORNECIMENTO DE MERENDA PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 480/2011)



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Central									
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	996	10/03/2011	ADINA MEWES - ME	168,00	168,00	168,00	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ESCOLAS DO MUNICIPIO (Compra Direta Nº 481/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1004	11/03/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	6.333,50	6.333,50	6.333,50	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1005	11/03/2011	SUPERMERCADO 4 J. LTDA - ME	12.015,01	12.015,01	12.015,01	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1022	11/03/2011	PANIFICADORA BATISTA LTDA	870,00	870,00	870,00	AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCES PARA ESCOLAS DO MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 501/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1112	17/03/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	121,26	121,26	121,26	ADITAMENTO CONTRATUAL REFERENTE A MERENDA ESCOLAR. (Licitação Nº : 6/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1390	30/03/2011	ADINA MEWES - ME	198,00	198,00	198,00	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA DO CEB EGNOLF BELL. (Compra Direta Nº 688/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1391	30/03/2011	ADINA MEWES - ME	198,00	198,00	198,00	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA DO CEI ERICA HASSE. (Compra Direta Nº 689/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1545	12/04/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	3.311,83	3.311,83	3.311,83	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1546	12/04/2011	SUPERMERCADO 4 J. LTDA - ME	4.386,44	4.386,44	4.386,44	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1866	02/05/2011	SUPERMERCADO PORTO LTDA	429,00	429,00	429,00	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS DEVIDO NENHUM AGRICULTOR CADASTRADO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Trombudo Central									NA CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR. (Compra Direta Nº 923/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	1999	12/05/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	4.158,21	4.158,21	4.158,21	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2000	12/05/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	5.029,68	5.029,68	5.029,68	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2273	26/05/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	2.826,18	2.826,18	2.826,18	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2274	26/05/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	4.200,83	4.200,83	4.200,83	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2357	02/06/2011	SUPERMERCADO PORTO LTDA	893,40	893,40	893,40	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS DEVIDO NENHUM AGRICULTOR CADASTRADO NA CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR. (Compra Direta Nº 1165/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2432	06/06/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	3.578,47	3.578,47	3.578,47	ADITAMENTO CONTRATUAL REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO. (Licitação Nº : 12/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	2819	30/06/2011	Lorete Feldmann & Cia Ltda	273,00	273,00	273,00	AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCES PARA MERENDA DO CEB EGNOLF BELL. (Compra Direta Nº 1337/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	3082	18/07/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	2.554,44	2.554,44	2.554,44	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	3083	18/07/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	2.638,11	2.638,11	2.638,11	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	3529	12/08/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	5.394,35	5.394,35	5.394,35	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Central									
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	3530	12/08/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	7.105,77	7.105,77	7.105,77	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	4161	20/09/2011	SUPERMERCADO TROMBUDO LTDA	6.366,84	6.366,84	6.366,84	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	4162	20/09/2011	SUPERMERCADO 4J LTDA - ME	11.668,10	11.668,10	11.668,10	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO (Licitação Nº : 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	4692	19/10/2011	PANIFICADORA BATISTA LTDA	360,00	360,00	360,00	AQUISIÇÃO DE PÃEZINHOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS. (Compra Direta Nº 2276/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	4693	19/10/2011	PANIFICADORA BATISTA LTDA	360,00	360,00	360,00	AQUISIÇÃO DE PÃEZINHOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA CEB EGINOLF BELL... (Compra Direta Nº 2277/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	00 - Recursos Ordinários	361	5061	08/11/2011	ADINA MEWES - ME	348,90	348,90	348,90	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PAEZINHOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS. (Compra Direta Nº 2405/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1490	04/04/2011	WR DEMETRIO COMERCIO DE DOCES LTDA ME	2.800,25	2.800,25	2.800,25	AQUISIÇÃO DE COELHOS DE CHOCOLATE PARA A DISTRIBUIÇÃO ÀS CRIANÇAS DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 727/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1948	05/05/2011	WR DEMETRIO COMERCIO DE DOCES LTDA ME	24,00	24,00	24,00	AQUISIÇÃO DE CHOCOLATES PARA DISTRIBUIÇÃO PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO NA PÁSCOA. (Compra Direta Nº 950/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2171	23/05/2011	CLÍNICA MÉDICA SÃO PELLEGRINO LTDA.	360,00	360,00	360,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA. (Compra Direta Nº 1105/2011)
Prefeitura Municipal de Trombudo Central	01 - Receitas de Impostos e Transf	361	2983	11/07/2011	LUIS CRISTOFOLINI SERV. GRAFICOS - ME	80,00	80,00	80,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Trombudo Central	de Impostos: Educação								EDUCAÇÃO. MATERIAL A SER USADO NA FESTA DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1442/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	de 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3882	01/09/2011	MALHARIA BELINHA LTDA	111,04	111,04	111,04	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSOS PARA FACÇÃO DE CAMISETAS PARA DESFILE DIA 7 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1898/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	de 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3904	05/09/2011	MALHARIA BELINHA LTDA	83,58	83,58	83,58	AQUISIÇÃO DE MALHA PARA CAMISETAS PARA DESFILE DO DIA 7 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1917/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	de 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4702	19/10/2011	CLÍNICA MÉDICA SAN PELLEGRINO LTDA.	180,00	180,00	180,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO NEOROPSICOLOGICO PARA ALUNO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 2283/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	de 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4978	04/11/2011	FRANZ INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.	76,00	76,00	76,00	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE DUAS CESTAS DE CHOCOLATE PARA SEU EM CURITIBA. (Compra Direta Nº 2383/2011)
Prefeitura Municipal Trombudo Central	de 01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5276	24/11/2011	CLÍNICA MÉDICA SAN PELLEGRINO LTDA.	200,00	200,00	200,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO PARA ALUNOS QUE PRECISAM DE EXAMES NEOROPSICO PEDAGOGICA. (Compra Direta Nº 2526/2011)
TOTAL						100.250,40	100.250,40	100.250,40	